



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO SÓCIOECONÔMICO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MICHEL CARVALHO RIBEIRO  
0301003201

A PARTILHA DO LUCRO EM EMPRESAS DE ECONOMIA DE COMUNHÃO:  
Um Estudo de Caso na empresa VSM Consultoria Empresarial

BELÉM  
2007

MICHEL CARVALHO RIBEIRO  
0301003201

A PARTILHA DO LUCRO EM EMPRESAS DE ECONOMIA DE COMUNHÃO:  
Um Estudo de Caso na empresa VSM Consultoria Empresarial

Trabalho de Conclusão  
de Curso apresentado  
para a obtenção do título  
de Bacharel em Ciências  
Contábeis.

Orientador: Profº Msc. José Luiz Nunes Fernandes

BELÉM  
2007

RIBEIRO, Michel Carvalho.

A Cultura da Partilha em Empresas de Economia de Comunhão:  
Um Estudo de Caso na empresa VSM Consultoria Empresarial. /  
Michel Carvalho Ribeiro. – Belém, 2007.

61 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências  
Contábeis) – Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof<sup>o</sup> MSc. José Luiz Nunes Fernandes

1. Economia de Comunhão. 2. Lucro. 3. Cultura da Partilha. I.  
Título

MICHEL CARVALHO RIBEIRO  
0301003201

A PARTILHA DO LUCRO EM EMPRESAS DE ECONOMIA DE COMUNHÃO:  
Um Estudo de Caso na empresa VSM Consultoria Empresarial

Trabalho de Conclusão  
de Curso apresentado  
para a obtenção do título  
de Bacharel em Ciências  
Contábeis.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Orientador: Profº José Luiz Nunes Fernandes

\_\_\_\_\_  
Depto. de Contabilidade

\_\_\_\_\_  
Depto. de Contabilidade

BELÉM  
2007

Dedico este Trabalho a todos aqueles que acreditaram em mim enquanto pessoa e profissional: a meus pais, familiares e amigos que sempre me incentivaram a trilhar novos e melhores rumos no curso desta vida; aos meus primeiros mestres, que contribuíram para a construção do meu conhecimento ao longo da caminhada estudantil; e à Universidade Federal do Pará, na pessoa dos professores, corpo técnico e colegas de turma, que ajudaram a consolidar este passo importante de minha jornada acadêmica.

Agradeço a Deus por ter me dado a família em que nasci, as asas e a sabedoria para voar no horizonte a ser explorado, os amigos que tenho conhecido, as oportunidades de vislumbrar o inesperado e, principalmente, de me conceder o dom da vida. Um agradecimento especial à profª Maria Tereza, meus amigos Hélio e Rosenildo, que em um momento importante deste Trabalho, se tornaram ferramentas de Deus para me abençoar.

“O apego ao dinheiro é a raiz de todos os males.” (Jesus Cristo)

## **RESUMO**

Partilhar o lucro em três partes pode parecer, para muitos, motivo de questionamentos, posto que o lucro representa um elemento fundamental para a continuidade de uma empresa. O Estudo de Caso apresentado neste Trabalho buscará evidenciar os resultados da adesão de uma empresa ao Projeto Economia de Comunhão. Com base na análise de seu Fluxo de Caixa, nos depoimentos dos beneficiários dos recursos e na percepção dos colaboradores quanto à aplicação dos princípios sugeridos pelo Projeto, concluir-se-á a viabilidade da adesão deste Projeto no âmbito financeiro, econômico e social.

**Palavras-chave: Lucro, Projeto Economia de Comunhão, Partilha, Empresa**

## **ABSTRACT**

Sharing the profit in three parties may seem, for many, cause for questioning, since the profit is a key to the continuity of a business. The Case Study Work presented in this show look the results to joined of a company Project Economy of Communion. Based on the analysis of its Flow Cash, in testimony of the beneficiaries of resources and in the perception of staff on the application of the principles suggested by the Project, will conclude the feasibility of membership of this project under financial, economic and social.

**Keywords: Profit, Project Economy of Communion, Sharing, Companies**

## SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO</u> .....	12
<u>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</u> .....	12
<u>2.1. PROBLEMA</u> .....	12
<u>2.2. HIPÓTESES</u> .....	13
<u>2.3. JUSTIFICATIVA DO TEMA</u> .....	13
<u>2.4. OBJETIVOS</u> .....	13
<u>2.4.1. Geral</u> .....	13
<u>2.4.2. Específico</u> .....	14
<u>2.5. METODOLOGIA</u> .....	14
<u>CAPÍTULO I</u> .....	16
<u>1. LUCRO</u> .....	16
<u>1.1. CONCEITO</u> .....	16
<u>1.2. FINALIDADE DO LUCRO</u> .....	18
<u>1.3. CATEGORIAS</u> .....	20
<u>CAPÍTULO II</u> .....	21
<u>2. ECONOMIA DE COMUNHÃO</u> .....	21
<u>2.1. DEFINIÇÃO</u> .....	21
<u>2.2. ORIGEM</u> .....	22
<u>2.2.1. O Movimento dos Focolares</u> .....	22
<u>2.2.2. O Projeto Economia de Comunhão</u> .....	23
<u>2.3. EVOLUÇÃO</u> .....	24
<u>2.4. A CULTURA DA PARTILHA</u> .....	25
<u>2.5. A VISÃO DO LUCRO PARA A ECONOMIA DE COMUNHÃO</u> .....	28
<u>2.6. A FORMAÇÃO DE HOMENS NOVOS</u> .....	29
<u>2.7. NÚMEROS SOBRE O PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO</u> .....	30
<u>CAPÍTULO III</u> .....	33
<u>3. ESTUDO DE CASO: VSM CONSULTORIA EMPRESARIAL</u> .....	33
<u>3.1 CONTEXTO OPERACIONAL</u> .....	33
<u>3.2 LOCALIZAÇÃO</u> .....	34
<u>3.3 SERVIÇOS OFERECIDOS</u> .....	34
<u>3.4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO</u> <u>DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS</u> .....	34
<u>CAPÍTULO IV</u> .....	35
<u>4. A PARTILHA DO LUCRO NA EMPRESA VSM CONSULTORIA</u> <u>EMPRESARIAL</u> .....	35

<u>4.1. MÉTODO DA PARTILHA DO LUCRO E DIRECIONAMENTO DOS RECURSOS</u> .....	35
<u>4.2. A PRÁTICA DA PARTILHA: OS RESULTADOS</u> .....	36
<u>4.2.1. Para a Empresa</u> .....	36
<u>4.2.2. Para os Colaboradores</u> .....	40
<u>4.2.3. Para os Beneficiários dos Recursos</u> .....	41
<u>4.2.4. Relação Entre os Dados Colhidos e os Princípios da EdC</u> .....	42
<u>CONCLUSÃO</u> .....	45
<u>ANEXO A – Questionário aplicado ao funcionário</u> .....	50
<u>ANEXO B – Roteiro para a entrevista com o empresário</u> .....	52

## **1. INTRODUÇÃO**

O aumento do caos social e a clara percepção de que o capitalismo enfrenta uma crise, coloca em xeque o atual sistema econômico que hoje vivenciamos. No decorrer dos anos, diversas teorias econômicas e sociais propuseram lançar novas perspectivas para o alcance social tão desejado por governo e sociedade. Muitas das quais, porém, não foram colocadas em prática ou, então, faliram no que estavam se propondo.

O Projeto Economia de Comunhão (EdC), de acordo com seus estudiosos, não pretende ser mais uma teoria ou forma assistencialista e imediatista de resolver e/ou minimizar os flagelos sociais que presenciamos. É um projeto que nasceu de experiências práticas, e hoje pretende partir para um âmbito mais amplo, de modo que a economia que hoje conhecemos, possa ser significativamente influenciada. Uma sociedade que não exista indigente: este é o alvo do Projeto Economia de Comunhão. Nessa perspectiva, as empresas possuem um papel fundamental para a mudança do paradigma econômico (acumular cada vez mais) hoje enraizado na economia capitalista.

A mudança de atitude e mentalidade na maneira de gerir uma empresa, no entanto, é o maior desafio e a maior esperança para que o Projeto EdC venha se consolidar como uma alternativa viável para a minimização das mazelas sociais que há séculos têm sacrificado muita gente.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1. PROBLEMA**

O que é o Projeto Economia de Comunhão? Quais são seus princípios? Como é feita a partilha do Lucro na empresa pesquisada para o tripé proposto no Projeto? A partilha do Lucro é viável, do ponto-de-vista da lucratividade e rentabilidade, para a empresa? Quem é beneficiado com os recursos da partilha do lucro das empresas? Qual a finalidade da “formação de Homens Novos”?

## 2.2. HIPÓTESES

A empresa a ser pesquisada não tem como viabilizar sua continuidade, lucratividade e rentabilidade no momento em que assume a partilha do Lucro proposta pelo Projeto. A empresa não sabe e nem tem contato com os beneficiários dos recursos enviados. Os recursos provenientes da partilha do Lucro não são aplicados na ação social para benefício dos pobres.

## 2.3. JUSTIFICATIVA DO TEMA

O tema deste trabalho foi escolhido por ser ainda desconhecido por grande parte da sociedade, da comunidade acadêmica e empresarial. Também pretende contribuir à evolução do conceito de Economia de Comunhão, sobre o pouco conhecimento empírico existente. A idéia de que a partilha do lucro em uma empresa pode ser viável, sem o comprometimento de sua lucratividade e continuidade, é justificativa plausível para o entendimento da proposta e também motivo da busca em conhecer o fenômeno da Cultura da Partilha. A crítica ao acúmulo, em oposição à escassez de recursos para muitas pessoas, também se torna fator preponderante para o estudo de novas propostas para a diminuição, ou, quem sabe, a eliminação da miséria instalada em nosso país.

## 2.4. OBJETIVOS

### **2.4.1. Geral**

O objetivo geral deste trabalho é informar à classe acadêmica, profissional e empresarial, a partir de embasamentos teóricos e informações contábeis, sobre o que é e como é aplicada a idéia do Projeto Economia de Comunhão em uma empresa que vivencia a experiência do Projeto.

### 2.4.2. Específico

Os objetivos específicos são: compreender o que é Lucro e Economia de Comunhão; demonstrar o entendimento de lucro por parte dos idealizadores do Projeto EdC; verificar como se realiza a partilha do lucro na empresa pesquisada e os resultados da aplicação da Cultura da Partilha no âmbito empresarial, tanto em nível contábil e econômico, quanto em nível profissional. Por fim, analisar-se-á o crescimento da empresa; a percepção dos funcionários em relação à adoção da cultura da partilha, e dos beneficiários dos recursos provenientes do Projeto.

## 2.5. METODOLOGIA

Para conseguir chegar aos resultados esperados, o trabalho foi dividido em duas partes. A primeira compreende um levantamento bibliográfico acerca do tema central, buscando, inicialmente, apresentar o conceito de lucro, na visão econômica e contábil, e, em seguida, o de Economia de Comunhão, com seu próprio entendimento de lucro. Para isso, foi utilizado como ferramenta bibliografias acadêmicas, livros, revistas e publicações (tanto impressas quanto disponíveis na internet).

A revisão da literatura representa um papel importante no desenvolvimento e conceituação dos tópicos pertencentes aos temas da pesquisa, no entanto, devido à reduzida pesquisa empírica sobre o tema em questão, tornou-se fundamental a realização de uma pesquisa de campo, apresentada na terceira parte.

Quanto ao objetivo, esta é uma pesquisa de caráter exploratório, que visará analisar os resultados práticos dos princípios da Economia de Comunhão implantados na empresa, utilizando como referência a experiência relatada pela proprietária, pelos colaboradores e pelas pessoas atendidas pelo Projeto. A pesquisa avaliará se foi e continuará sendo viável a adoção da Cultura da Partilha na empresa.

A pesquisa foi realizada na empresa VSM Consultoria Empresarial, de propriedade da Contadora, senhora Vânia Mendonça, que está engajada há dois anos no Projeto Economia de Comunhão. Tal empresa foi escolhida por ser a

única engajada no Projeto EdC em Belém que ainda vivencia a prática da Cultura da Partilha após passar aproximadamente dez anos no modelo econômico tradicional.

A coleta de dados foi executada de duas maneiras: questionários e entrevistas. Primeiramente, foi realizada uma entrevista com a proprietária no escritório da empresa, que obedeceu a um roteiro preestabelecido. À medida que as perguntas eram respondidas, eventuais pedidos de esclarecimento eram feitos. A entrevista foi gravada, tendo a duração de aproximadamente uma hora e os trechos mais importantes foram inseridos no capítulo 4 deste trabalho.

A seguir, foi analisado o Fluxo de Caixa para medir a viabilidade da adoção da Cultura da Partilha pela empresa em nível financeiro.

Aos funcionários da empresa, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas em cinco níveis, variando de discordo totalmente a concordo totalmente, e uma pergunta que equivalia a não sei/não compreendi (indiferente). Foram enviados 8 (oito) questionários por e-mail aos funcionários, sendo que todos foram respondidos (este número corresponde ao total de colaboradores da empresa).

Com os dados levantados, aplicou-se a análise de dados qualitativos a partir das respostas obtidas da população estudada (os funcionários). Em seguida, relacionou-se estes resultados com os princípios propostos pelo Projeto Economia de Comunhão para avaliar sua aplicação prática na esfera da empresa, a partir da ótica dos funcionários.

A outra população, formada pelos beneficiários dos recursos da partilha do lucro, não foi considerada nesta pesquisa pelos motivos expostos ao longo do desenvolvimento do Trabalho.

## CAPÍTULO I

### 1. LUCRO

Antes de explorar os conceitos de lucro, precisamos compreender que o lucro é o resultado do cumprimento dos objetivos sociais e econômicos de uma empresa. Sendo que “os primeiros, são voltados à maximização da eficiência do seu processo global de conversão de recursos; e os segundos decorrentes da interação dos objetivos de cada participante nas atividades empresariais” (CATELLI, 2001: 52).

Nesse sentido, quanto aos objetivos sociais, a empresa existe para atender às necessidades e expectativas dos atores que interagem no ambiente com o sistema empresarial, a saber: proprietários, consumidores, fornecedores, empregados, bancos, governos, etc. No tocante à questão social, é indiscutível que o que se espera da empresa é emprego, geração de renda, desenvolvimento social, uso eficiente de recursos naturais, respeito às leis e normas sociais, tributárias, ecológicas, humanitárias, etc.

A partir do entendimento de que o lucro precisa atingir os objetivos esperados pela implantação de um sistema empresarial, é necessário também compreender nas visões econômica e contábil, qual seu entendimento para fins teóricos e conceituais.

#### 1.1. CONCEITO

No decorrer dos tempos, contadores e economistas nunca se entenderam quanto a uma definição conclusiva sobre o lucro que satisfizesse as necessidades conceituais e teóricas de ambos os ramos profissionais. A frase de Catelli (2001: 84), resume bem essa discordância:

A definição de lucro e seu modelo de mensuração têm sido discutidos pelos economistas e pelos contadores, que não chegam a um denominador comum. Chang, em seu ensaio, observa que os contadores queixam-se que os economistas são muito idealistas e que seus conceitos são impraticáveis, e os economistas, por sua vez, afirmam que os contadores são muito mecânicos e seus procedimentos não são baseados em princípios sólidos.

Então, em termos econômicos, o lucro pode ser conceituado como “a quantia máxima que a empresa pode distribuir como dividendos e ainda continuar tão bem ao final do período como estava no começo” (CATELLI, 2001: 84). Neste caso, a expressão “continuar tão bem” significa manter o capital intacto em termos do valor descontado do fluxo de recebimentos líquidos futuros.

Partindo para outras definições de lucro econômico, vimos que o Lucro é o rendimento do empresário em consequência da atividade empresarial que desenvolve e pelos riscos que assume. Lambertom conceitua o lucro como sendo “a renda que se acresce à firma” e “em parte, o resultado das atividades planejadoras e de sua organização” (1967: 228). Na enciclopédia livre encontrada na internet, a conceituação do lucro é: “o retorno positivo de um investimento feito por um indivíduo ou uma pessoa nos negócios. É a recompensa pelo risco que o investidor assume ao iniciar um empreendimento” (WIKIPEDIA). Segundo os princípios da Economia Aziendal, o lucro pode ser originário do funcionamento (lucro operacional) e do crédito (lucro da gestão econômica).

Por outro lado, contabilmente, o lucro corresponde ao resíduo derivado do confronto entre receita realizada e o custo consumido, e de acordo com a Lei 6.404/76, a Lei das Sociedades por Ações, o lucro é conceituado como “O resultado líquido do ano como apurado na Demonstração do Resultado do Exercício, o qual é destinado às diversas reservas de lucro [...]” (IUDÍCIBUS et. al, 2003). Fernandes (1998: 23), por sua vez, enfatiza que “o lucro é gerado a partir da execução do conjunto de atividades da empresa”.

Nestes termos, dois parâmetros são importantes para definir o processo de avaliação do conceito de lucro: a Utilidade (relevância) e Praticabilidade (Objetividade). Enquanto o conceito de lucro contábil busca enfatizar os aspectos objetivos, o de lucro econômico atende às necessidades dos modelos de decisão de pelo menos dois usuários das informações contábeis: o proprietário e o administrador do capital. Para estes, na visão de Catelli (2001: 86), o conceito de lucro contábil ortodoxo, torna-se extremamente pobre.

Levando-se em consideração as discordâncias conceituais de ambas as visões do lucro e os princípios de contabilidade geralmente aceitos para a apuração do lucro, estabeleceu-se as características fundamentais dos dois entendimentos do lucro:

**QUADRO 1: Diferença Conceitual do lucro para a Contabilidade e para a Economia**

<b>LUCRO</b>	
<b>CONTÁBIL</b>	<b>ECONÔMICO</b>
1. Maior objetividade	1. Maior subjetividade
2. Apurado pelo confronto entre receitas realizadas pelas vendas e custos consumidos (ativos expirados).	2. Apuração pelo incremento no valor presente do fluxo de benefícios futuros.
3. Os ativos são avaliados na base dos custos originais	3. Os ativos são avaliados pelo valor presente do fluxo de benefícios futuros
4. O Patrimônio Líquido aumenta pelo lucro.	4. O lucro deriva do aumento do patrimônio líquido da entidade.
5. Ênfase em custos.	5. Ênfase em valores.
6. Não reconhece ganhos não realizados.	6. Reconhecimento de ganhos realizados e não realizados.
7. Não se efetuam ajustes em função de mudanças nos níveis de preços dos bens.	7. São efetuados ajustes devido a mudanças nos níveis de preços dos bens da economia.
8. “Amarração” do lucro à condição de distribuição de dividendos.	8. “Amarração” do lucro à condição de aumento da riqueza, independentemente da condição de distribuição de dividendos.
9. Não reconhecimento do <i>goodwill</i> . <sup>1</sup>	9. Reconhecimento do <i>goodwill</i> .
10. Utilização de regras e critérios dogmáticos.	10. Utilização de regras e critérios econômicos.

(CATELLI, 2001: 88)

Como a discussão sobre o melhor conceito de lucro ainda hoje gera controvérsias, para os fins que se propõem este trabalho, considerar-se-á os dois entendimentos abordados.

## 1.2. FINALIDADE DO LUCRO

Mais uma vez surgem os questionamentos conceituais em torno do lucro. A visão econômica sobre essa questão, expressa que o lucro tem o objetivo de “proporcionar um fluxo de riqueza para o benefício de seus proprietários” Hendriksen (apud. CATELLI, 2001).

Em termos contábeis, basicamente o lucro tem duas finalidades específicas: a de remunerar seus acionistas e dar condições à empresa de ser contínua e altamente atrativa para possíveis investidores. Sendo esta a principal

<sup>1</sup> *Goodwill*: Ativo intangível, assim como contas a receber, despesas antecipadas, aplicações financeiras e outras. O *goodwill* pode ser definido também como um lucro anormal, além do esperado. Até hoje seu conceito e mensuração ainda provocam controvérsias.

finalidade contábil do lucro, Iudícibus (2003: 307) define que “o resultado líquido das atividades operacionais num determinado período pode ser positivo ou negativo” e para expressar a acumulação desses resultados no decorrer de um período, utiliza-se a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, encontrada no Balanço Patrimonial, no grupo do Patrimônio Líquido. A retenção de tais valores, que está prevista no parágrafo 4º do art. 182 da lei 6.404/76, precisa ser feita em uma conta chamada Reservas de Lucros, e podem ser:

- a) Reserva Legal: prevista no art. 193 da lei 6.404/76, tem como principal finalidade a proteção ao credor e deve ser constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício;
- b) Reserva Estatutária: “são constituídas por determinação do estatuto da companhia, como determinação dos lucros do exercício” (IUDÍCIBUS, 2003: 300);
- c) Reserva para Contigência: reserva constituída por proposta dos órgãos da administração para a compensação, em exercício futuro, da diminuição do lucro decorrente da perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. Esta reserva está prevista no art. 195 da Lei 6.404/76;
- d) Reserva de Lucro a Realizar: reserva de caráter optativo, que é constituída como destinação dos lucros do exercício. Segundo Iudícibus (2003: 302) “O objetivo de constituí-la é evidenciar a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente (apesar de contábil e financeiramente realizada)”;
- e) Reserva de Lucro para Expansão: reserva criada para atender investimentos futuros na empresa, disciplinada pelo art. 196 da Lei 6.404/76;
- f) Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído: essa reserva somente será constituída quando houver dividendos obrigatórios a distribuir, se a companhia não tiver condições financeiras para seu pagamento. A Lei das Sociedades por Ações prevê nos parágrafos 4º e 5º do art. 202 a constituição desta reserva.

As variações ocorridas na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados são representadas na Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA).

### 1.3. CATEGORIAS

De acordo com a estrutura das Demonstrações Contábeis de Resultados utilizados no Brasil, o lucro é desdobrado nas seguintes categorias:

- a) Lucro Bruto: diferença positiva de Receitas Brutas menos Custo;
- b) Lucro Operacional: diferença positiva do lucro bruto e das despesas operacionais;
- c) Lucro não operacional: resultado positivo das receitas e despesas não operacionais;
- d) Lucro Líquido: diferença positiva do lucro bruto menos o lucro operacional e o não operacional;
- e) Lucro a ser Distribuído: lucro líquido menos a quantia destinada a Reservas de Lucros ou compensada com os Prejuízos Acumulados;

A legislação tributária criou outras categorias de Lucro, para fins de tributação do Imposto de Renda, a saber:

- a) Lucro Real: Base de Cálculo do Imposto de Renda das pessoas jurídicas. Contabilmente, seria o Lucro Líquido menos as adições e exclusões de despesas para fins de apuração do tributo citado.
- b) Lucro Inflacionário: parcela do Lucro Real, composta do saldo credor da correção monetária de balanços ajustado pelas variações monetárias e cambiais, e que pode ser diferido, ou seja, devido em exercícios futuros.
- c) Lucro de Exploração: parte do Lucro Real formado pelas Receitas oriundas de incentivos fiscais do Imposto de Renda (isenção ou redução).
- d) Lucro Presumido: outra base de cálculo do imposto de renda, basicamente sobre Receitas, e com escrituração simplificada no Livro Caixa.

## **CAPÍTULO II**

### **2. ECONOMIA DE COMUNHÃO**

No capítulo anterior buscou-se conceituar lucro dentro da visão econômica e contábil. Vimos que até hoje ambos os ramos do conhecimento não chegaram a um denominador comum para a compreensão deste conceito. O Projeto Economia de Comunhão, por sua vez, também tem um entendimento específico sobre o lucro.

Neste capítulo definir-se-á o que é o Projeto Economia de Comunhão apresentando a origem e evolução, assim como, seus princípios norteadores, buscando, por fim, apresentar o entendimento de lucro que o Projeto busca adotar.

#### **2.1. DEFINIÇÃO**

Economia de Comunhão (EdC) é um projeto de cunho sócio-econômico que tem por finalidade implantar no universo empresarial a Cultura da Partilha. Nesta perspectiva, o homem passa a ser o centro da empresa e não os patrimônios tangíveis, materiais ou financeiros. Para tanto, os empresários voluntariamente aderem ao projeto e decidem colocar em comunhão os lucros da empresa segundo três finalidades de igual relevância:

1. Ajudar as pessoas em dificuldades financeiras, suprimindo suas necessidades elementares, oferecendo-lhes condições de melhoria de vida e possibilidade de emprego;
2. Difundir a cultura da partilha e do amor, a partir da formação de “homens novos”, sem a qual é impossível realizar a Economia de Comunhão;
3. Desenvolver a empresa, que deve ser eficiente e permanecer aberta ao dom da partilha.

## 2.2. ORIGEM

### 2.2.1. O Movimento dos Focolares

A origem do Projeto Economia de Comunhão remonta ao Movimento dos Focolares, movimento cristão, ao mesmo tempo religioso e social, que congrega pessoas das mais diversas nacionalidades, religiões, condições sociais, e até aqueles que não professam uma fé religiosa. Este Movimento, reconhecido pela Igreja Católica, foi fundado por Chiara Lubich, na cidade de Trento (Itália), em 1943, em pleno período da II Guerra Mundial.

As milhares de pessoas do mundo inteiro, que aderiram ao Movimento baseiam-se no testamento de Jesus que diz: “Pai que todos sejam um” (João 17.21), buscam viver solidariamente entre si, e vivem da experiência prática da comunhão de bens em várias áreas de suas vidas. Desta forma, eles acreditam que cumprem hoje o que os cristãos da Igreja Primitiva já experimentavam quando partilhavam seus bens: “Não havia entre eles necessitado algum (...)” (Atos dos Apóstolos 4.34). Essa afirmação bíblica é a que impulsiona o Movimento a lutar por uma realidade social diferente da presenciada nos dias atuais.

Hoje, o Movimento dos Focolares está presente em 182 países e possui aproximadamente 2,2 milhões de adeptos, entre membros e simpatizantes da causa social. Os membros ativos dos Focolares, cerca de 141.400, vivem em cidades (chamadas de cidades-testemunhos), as Mariápolis, nas quais estudam, trabalham e exercem suas espiritualidades. Nestas Mariápolis, encontram-se também pessoas necessitadas que são amparadas pelas doações dos recursos provenientes dos lucros das empresas integrantes do Projeto Economia de Comunhão e dos membros do Movimento.

### 2.2.2. O Projeto Economia de Comunhão

O Projeto teve origem no ano de 1991, por ocasião da visita de Chiara Lubich ao Brasil, quando ao se deparar com a latente desigualdade social, sentiu forte desejo de aplicar a experiência da comunhão de bens, amplamente vivenciada no Movimento Focolares, na esfera econômica. A partir de então idealizou o projeto que viria a colocar o homem no centro da economia, “superando a lógica do lucro como única finalidade e a lógica da anulação da liberdade e dos direitos da pessoa em nome da produção” (MELO 1993: 19).

As palavras iniciais de Lubich, no momento do lançamento do Projeto, no dia 29 de maio daquele mesmo ano, sintetizaram o objetivo e a finalidade da proposta:

[...] Aqui, sob o impulso da comunhão de bens, deveriam surgir indústrias, empresas. Empresas de tipos variados, organizadas por pessoas de todo o Brasil. Deveriam nascer sociedades empresariais das quais todos tivessem a possibilidade de participar, ainda que modestamente, mas de forma muito difusa. A gestão dessas empresas ficaria a cargo de pessoas competentes, capazes de fazê-las funcionar com a máxima eficiência e lucratividade. A novidade seria essa: o lucro seria colocado em comum. Deveria nascer assim uma economia de comunhão na liberdade. (SINGER, 2003: 335)

De acordo com Quartana et. al (1992: 57), o Projeto Economia de Comunhão não tem nenhum interesse em ser uma terceira via para a crise que o capitalismo enfrenta, e sim uma alternativa viável para a minimização da pobreza no mundo, desde que existam empresários dispostos a assumir este compromisso. Essa disposição parte do princípio de o empresário se engajar assumindo os pontos necessários para o desenvolvimento do Projeto. Nestes termos, o dono da empresa passa a vivenciar uma forma de gestão na qual a pessoa humana terá mais espaço na vida empresarial do que os recursos financeiros, os bens materiais e o capital, nos seus mais diversos desdobramentos.

Acredita-se, portanto, que a cultura da partilha, baseada na comunhão de bens, pode transformar o comportamento econômico, na medida em que considera o pobre um valor precioso e não um problema.

### 2.3. EVOLUÇÃO

Inicialmente, as empresas que fomentariam o Projeto Economia de Comunhão, seriam aquelas cujos donos já eram membros do Movimento dos Focolares. Após lançadas as bases teóricas e os princípios norteadores do Projeto EdC, em maio de 1991, foram criadas as primeiras empresas para dar partida à iniciativa do projeto: Escola Aurora, Policlínica Ágape e La Tunica, pequena empresa de confecções.

As empresas que surgiriam, se organizariam em um pólo industrial, sendo o primeiro deles o pólo Spartaco, criado em 1994, em São Paulo, o qual daria suporte às empresas criadas de acordo com as premissas do Projeto. Este pólo foi criado também com o intuito de dar viabilidade e visibilidade ao projeto Economia de Comunhão, proporcionando às empresas um local apropriado para se instalarem e testemunharem, juntas, como num laboratório, essa nova experiência econômica. No mesmo ano de fundação do Pólo Spartaco, foi criada a Espri S/A Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais, empresa que funciona nos moldes de sociedade por ações e que administraria o Pólo Industrial. Essa sociedade seria então vital para a sustentação das primeiras empresas que viriam, mais tarde, ingressar no Projeto.

Os primeiros anos após o lançamento da EdC foram extremamente difíceis, principalmente porque as empresas que surgiam precisavam se adaptar aos novos princípios econômicos propostos. Outras empresas de diversas configurações societárias já estabelecidas, organizadas em vários países do mundo, também necessitavam se consolidar.

Com o passar dos anos, observando o sucesso da adoção da Cultura da Partilha, empresas foram criadas e outras foram aderindo voluntariamente ao redor do mundo, acreditando no alcance social que o Projeto se propunha. Em 1995, o Projeto EdC começou a ter reconhecimento da comunidade acadêmica e científica, a partir da concessão do título de doutor *honoris causa* a Chiara Lubich pela Universidade de Lublin, na Polônia, e a apresentação desta experiência na Cúpula Mundial de Copenhague.

Dezesseis anos após a criação do Projeto Economia de Comunhão, segundo as projeções do Centro de Estudos Filadélfia<sup>2</sup>, a quantidade de empresas que aderiram à idéia no mundo tem ampliado. Hoje, a maioria dos empresários que fazem parte do Projeto são membros do Movimento dos Focolares, entretanto, existem proprietários que “abraçaram” a proposta da Economia de Comunhão e buscam adotar em suas empresas os princípios sugeridos pelo Projeto.

#### 2.4. A CULTURA DA PARTILHA

A Cultura da Partilha em uma empresa, representa o ápice dos objetivos do Projeto Economia de Comunhão, pois quando a empresa consolida esse ponto, observa-se que a prática da partilha vai além da simples distribuição de recursos financeiros. Singer afirma que a Economia de Comunhão “tem por fundamento a ‘cultura da partilha’, derivada da prática da comunhão dos bens, ou seja, da comunhão de recursos materiais e espirituais colocados em circulação no tecido social, tendo em vista a consecução da justiça” (2003: 334). Quartana (1992: 19) corrobora afirmando que “a Economia de Comunhão é um passo à frente, pois diz respeito ao uso ativo dos bens: as pessoas não se limitam à uma doação, mas colocam os bens em circulação no corpo social, para que estes, por sua vez, produzam outros bens”.

Os empresários que aderem voluntariamente ao Projeto Economia de Comunhão começam a favorecer em suas empresas uma nova forma do agir econômico, como compromisso que abrange idéia e ação, visando a promoção integral e solidária do homem e da sociedade. Neste sentido, o Projeto EdC trabalha para estimular a passagem da economia e de toda a sociedade, da cultura do ter à cultura da partilha, pois “ao contrário da economia consumista, baseada no ter, a Economia de Comunhão é a economia do dar [partilha]” (LUBICH, 2004: 51).

---

<sup>2</sup> Centro de Estudos Filadélfia: Centro de estudos localizado no Pólo Spartaco, São Paulo, que dá suporte, através de dados e informações, aos estudos acadêmicos voltados à Economia de Comunhão.

O Projeto Economia de Comunhão incentiva a adoção de princípios para a gestão de uma empresa, que são:

a) Relação entre Empresários, trabalhadores e empresa

Formulação de estratégias, objetivos e planos econômicos, considerando critérios típicos de uma correta gestão, envolvendo os membros de toda a empresa. Investimento com prudência e atenção especial para a geração de empregos. A pessoa humana precisa estar no centro da empresa e não o capital, nesse sentido, os responsáveis procuram adotar medidas para ajudar funcionários que passem por dificuldades. Buscam também utilizar, da melhor maneira possível, os talentos dos funcionários, favorecendo a criatividade, a responsabilidade e a participação nas decisões dos objetivos empresariais. A empresa precisa ser administrada com a finalidade de aumentar a produção e o lucro, destinado aos três focos da Economia de Comunhão.

b) Relacionamento com Clientes, Fornecedores, Sociedade Civil e Terceiros

A empresa precisa se esforçar para oferecer bens e serviços úteis, de qualidade e a preços justos. Os funcionários precisam trabalhar com profissionalismo. A empresa precisa estabelecer uma relação de lealdade com os concorrentes, evitando ressaltar defeitos dos produtos e serviços dos outros. Esse princípio, acredita-se, enriquece a empresa com um capital não material, constituído de relações de estima e de confiança com os diretores de empresas fornecedoras, clientes e com a administração pública, produzindo um desenvolvimento econômico menos sujeito à variação de mercado.

c) Ética

Respeito às leis e manutenção de um comportamento ético perante às autoridades fiscais, sindicatos e organizações institucionais. Esta ação deve ser da mesma forma com seus funcionários, dos quais deve se esperar semelhante comportamento. Em relação à qualidade de seus produtos ou serviços, a empresa deve se esforçar para cumprir os deveres do contrato, mas também avaliar os reflexos objetivos da qualidade da sua produção no bem-estar dos consumidores.

#### d) Qualidade de Vida e Produção

Um dos principais objetivos da Economia de Comunhão é transformar a empresa em verdadeiras comunidades, nas quais todos os envolvidos na atividade produtiva reúnem-se periodicamente para avaliar a qualidade dos relacionamentos interpessoais, esforçando-se, com maturidade e produtividade, para solucionar situações difíceis. A saúde e o bem-estar dos funcionários são objetos de atenção especial, através de um ambiente de trabalho seguro e tranquilo. A empresa deve procurar evitar carga horária excedente, de modo que ninguém fique sobrecarregado, e as férias sejam previstas no devido tempo. O cuidado com o meio ambiente através da economia de água, energia elétrica e demais recursos naturais deve ter atenção especial dentro da empresa.

#### e) Harmonia no Local de Trabalho

A empresa deve buscar adotar sistemas de gerência e estruturas organizacionais com a capacidade de promover o crescimento em grupo e individual. Os funcionários precisam manter os locais de trabalho limpos e organizados a fim de tornar o ambiente agradável tanto para os patrões, como para os clientes e fornecedores.

#### g) Formação e Instrução

A empresa precisa favorecer a criação de uma atmosfera de ajuda mútua, de respeito e confiança, em que se torna natural colocar à disposição talentos e idéias para o crescimento profissional dos colegas e o progresso da empresa. O empresário, por sua vez, deverá estabelecer critérios de seleção de pessoal e de desenvolvimento profissional para os funcionários para criar uma atmosfera de respeito e reciprocidade. A empresa também precisará investir na promoção de cursos de aperfeiçoamento e de aprendizado para aumentar a valorização profissional de seus funcionários.

#### h) Comunicação

A empresa precisará estabelecer uma relação de comunicação aberta e sincera que favorecerá o intercâmbio entre diretores e funcionários. Esta comunicação se estende a outras pessoas que conhecem a importância deste projeto e se prontificam no desenvolvimento dele. A empresa deve se utilizar de

meios de comunicação modernos e eficientes, com a finalidade de desenvolver relacionamentos econômicos reciprocamente úteis e produtivos, para se manterem ligados tanto em nível local, quanto em nível internacional.

Pinto (2006: 29) estabelece, conforme quadro 2, a relação custo-benefício de uma empresa adepta da Economia de Comunhão.

**Quadro 2:  
Custos e Benefícios da Cultura da Partilha**

<b>Custos</b>	<b>Benefícios</b>
Investimentos na força de trabalho: treinamento, maiores salários e bonificações, recrutamento	Aumento da produtividade através de um maior espírito de equipe
Investimento ambiental e tecnológico; pressões sobre fornecedores e concorrentes	Crescentes níveis de inovação através da ativa participação e senso de propriedade compartilhada
Investimento em saúde ocupacional e segurança no trabalho	Maior disposição dos trabalhadores para horas extras e tempos difíceis
Investimentos na comunidade local e em serviços voluntários para organizações locais; comunidade focolarina	Lealdade dos compradores; valorização do processo de produção e do produto
Investimento na sociedade “global” através da distribuição de lucros na economia da partilha	Rede internacional de suporte e contatos através do focolare; tendência à autonomia e à tecnologia compartilhada
Pagamento de impostos	A transparência fiscal capacita o cuidadoso planejamento durante crises
Perda de vendas por não aceitação de corrupção	A motivação espiritual para enfrentar fases difíceis é maior do que o medo de o projeto falhar; crença na Providência <sup>3</sup>

## 2.5. A VISÃO DO LUCRO PARA A ECONOMIA DE COMUNHÃO

No capítulo anterior, vimos a divergência conceitual que o Lucro possui para a Contabilidade e para a Economia. A visão do lucro para a Economia de Comunhão, no entanto, diverge radicalmente das duas visões, pois crê que ele é “considerado componente essencial e estratégico, na medida em que é responsável por mediar e processar a comunhão” (SINGER, 2003: 335).

<sup>3</sup> Providência: Crença desenvolvida entre os adeptos da Cultura da Partilha de que a saída para os tempos difíceis vem da ajuda de Deus.

Por ocasião do delineamento conceitual que a Economia de Comunhão necessitava obter, Lubich resumiu os propósitos que o lucro possui de acordo com os objetivos da Cultura da Partilha, visualizando o direcionamento que esses lucros teriam na dimensão do Projeto.

O propósito pelo qual o lucro deve ser posto em comum é o mesmo a que se propunha o a primitiva comunidade cristã: ajudar em primeiro lugar os necessitados, oferecer-lhes trabalho, estruturá-los, fazer com que não haja nenhum indigente. Depois para desenvolver as empresas, pois se elas param, não produzem. Depois para desenvolver as estruturas das Mariápolis e, por conseguinte, a sua função de formar “homens novos”, porque sem “homens novos”, não se forma uma sociedade nova. (LUBICH, 2004: 14)

Assim, o lucro para o Projeto EdC assume um sentido muito mais profundo do que simplesmente acrescentar mais recursos para incrementar a empresa ou remunerar seus acionistas e proprietários: ele passa a ser ingrediente fundamental para a concretização da cultura da partilha, pois:

A vida de comunhão manifesta-se também na comunhão do lucro [...] a comunhão é muito mais exigente do que a mera repartição do lucro. De fato, o lucro é um aspecto – certamente, não o mais importante – da riqueza, do valor agregado de uma empresa (sólida). [...] ‘Dos resultados econômicos obtidos pela atividade da empresa, o lucro é apenas a ponta do *iceberg* que aflora dos cálculos contábeis. O principal do *iceberg*, ou seja, o grande número de itens de crédito e débito [...] não é menos importante que o valor do saldo, considerando-se uma correta avaliação social da atividade desenvolvida. (BRUNI, 2005:31)

Considera-se, portanto, que a empresa que partilha seu lucro, no âmbito do Projeto, atinge plenamente os objetivos sociais e econômicos que a empresa propõe à sociedade. Os sócios e acionistas, por conseguinte, passam a ser mais um dos beneficiários dos recursos que giram na empresa.

## 2.6. A FORMAÇÃO DE HOMENS NOVOS

Para consolidar a visão de uma nova sociedade, baseada no respeito e no amor ao ser humano, é necessário investimento nele. A expressão “homens novos” baseia-se nas palavras bíblicas do apóstolo Paulo na Carta aos Efésios 4.14, que considera homem novo como sendo aquele renovado pelo Evangelho. Portanto, as pessoas que aderem ao Movimento dos Focolares se dispõem a serem formados para a construção e convivência em uma sociedade renovada, a partir da capacitação espiritual. O modelo dessa nova sociedade e a devida capacitação se dá dentro das Mariápolis, através de estudos e acompanhamentos que a comunidade focolarina se encarrega de cumprir.

Na visão do Projeto Economia de Comunhão não existe uma sociedade e uma economia nova (e as empresas estão plenamente inseridas neste contexto), sem homens novos.

Para patrocinar a formação dessas pessoas, é necessário o envio dos recursos canalizados das empresas e dos membros do Movimento em todo o mundo. Esses valores são depositados em uma conta corrente do Movimento dos Focolares e são direcionados de acordo com os países que possuem maiores necessidades, conseqüentemente o maior número de “dependentes”<sup>4</sup>, como o Brasil e alguns países da África.

## 2.7. NÚMEROS SOBRE O PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO

Os dados da tabela abaixo relacionam o crescimento do número de empresas, de todos os setores produtivos, considerando o ano posterior ao lançamento do Projeto, até os números mais recentes, no ano passado.

**TABELA 1:  
NÚMERO DE EMPRESAS ENGAJADAS NO PROJETO EDC  
1992 / 2006**

<b>CONTINENTES</b>	<b>1992</b>	<b>2006</b>
EUROPA	132	468
AMÉRICA	99	247
ÁSIA	10	34
ÁFRICA	0	3
AUSTRÁLIA	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>242</b>	<b>754</b>

Fonte: Centro de Estudos Filadélfia

Os recursos repassados para o Projeto EdC em 2003 foi de € 1.745.715,00, sendo que:

- € 305.567,00 provenientes dos lucros das empresas e

- € 1.288.331,00 provenientes das doações dos membros do Movimento dos Focolares.

<sup>4</sup> “Dependentes”: Considera-se como dependente, as pessoas em necessidade cadastradas no banco de dados do Movimento dos Focolares que recebem ajuda financeira proveniente da parcela dos lucros que se destinam à compra de alimentos, roupas, medicamentos, e, principalmente, pagamento dos estudos. Diversas dessas pessoas abrem mão da ajuda financeira quando percebem que não precisam mais dela, pelo fato de já terem conseguido emprego ou uma forma de se manterem, abrindo a possibilidade para outra pessoa ser beneficiada.

Em relação ao Brasil, atualmente existem 125 empresas adeptas da proposta da Economia de Comunhão, com faturamento anual médio de R\$ 10.216.537,61, considerando apenas as 15 empresas que faturam acima de R\$ 1.000.000,00 por ano. A maior parte das empresas engajadas no Projeto EdC são de micro e pequeno porte, conforme podemos visualizar no gráfico abaixo:

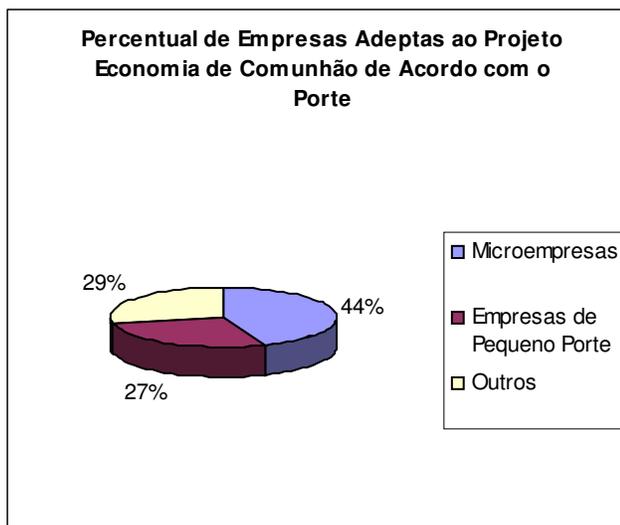


Gráfico 1: Percentual de Empresas Adeptas ao Projeto Economia de Comunhão de Acordo com o Porte (Fonte: Centro de Estudos Filadélfia - Novembro/2006).

O volume de recursos oriundos das doações enviados para o Brasil em 2003 foi de € 349.808,00, sendo € 44.241,00 provenientes dos lucros das empresas e € 305.567,00 advindos dos membros do Movimento dos Focolares.

A partilha desses recursos entre os países é realizada de acordo com o grau de necessidade que eles possuem, conforme o percentual de pobres divididos entre os continentes, conforme a seguir:

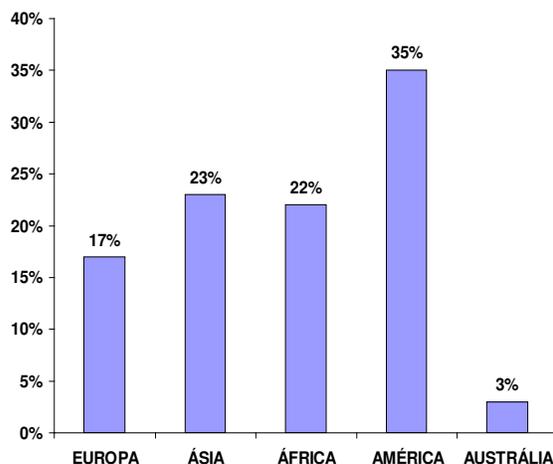


Gráfico 2: Percentual de Necessitados de acordo com o continente. Fonte: Centro de Estudos Filadélfia (2006).

Em relação ao número de pessoas e o tipo de ajuda recebida no Brasil, obteve-se os seguintes dados:

Tabela 2:  
DEMONSTRATIVO DA COMUNHÃO FEITA COM OS POBRES / REGIÃO DO BRASIL  
AGOSTO 2005 / JUNHO 2006

REGIÃO	Nº PESSOAS AJUDADAS	EM R\$					TOTAL (R\$)
		ALIMENTAÇÃO	ESTUDO	SAÚDE	MORADIA	OUTRAS	
NORTE	126	193.014,04	79.065,99	18.603,76	2.325,47		293.009,26
NORDESTE	534	343.495,60	102.415,20	135.276,40	38.021,20	6.011,60	625.220,00
CENTRO-OESTE	19	7.200,00	7.200,00	14.160,00	3.000,00	13.000,00	44.560,00
SUDESTE	125	72.248,40	43.257,20	58.430,40	34.496,00	2.497,60	210.929,60
SUL	78	53.585,60	9.278,30	11.928,20	11.928,20	4.932,10	91.652,40
MAR.GINETTA	58	20.967,10	17.299,00	20.565,18	20.530,20	11.951,10	91.312,58
<b>TOTAL</b>	<b>940</b>	<b>690.510,74</b>	<b>258.515,69</b>	<b>258.963,94</b>	<b>110.301,07</b>	<b>38.392,40</b>	<b>1.356.683,84</b>

Fonte: Escritório do Movimento dos Foculares/Mariápolis Ginetta  
Junho, 2006

O Brasil é considerado como um dos países que precisam ser priorizados, devido a grande parcela de necessitados existentes.

No que concerne ao tipo de ajuda dada pelo Projeto, Alimentação, Estudo e saúde, as necessidades mais básicas da população brasileira, são as que mais recebem recursos das doações. Em termos de região, o Nordeste é o que recebe o maior volume de recursos devido ao alto nível de pobreza existente naquela região.

## **CAPÍTULO III**

### **3. ESTUDO DE CASO: VSM CONSULTORIA EMPRESARIAL**

Delineada a conceituação do lucro e do Projeto Economia de Comunhão, partiremos agora para avaliar sua aplicabilidade no processo produtivo de uma empresa.

#### **3.1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A VSM Consultoria Empresarial é uma empresa que há 12 anos atua no segmento de terceirização das atividades contábeis, bem como na Assessoria à empresas e Planejamento Tributário. A empresa possui oito colaboradores, sendo quatro assumindo cargos de gerência e os demais executando funções técnicas.

Partindo do que diz o Plano de Gestão de 2006, destacou-se que a Visão da VSM é: “Desenvolver soluções nos campos da Gestão Empresarial e da Contabilidade, contribuindo como facilitadora de decisões empresariais de nossos clientes, trabalhando com seriedade e ética para ser reconhecida como uma empresa altamente profissional e qualificada”. Sua missão é: “Ser a melhor empresa de Assessoria Empresarial e de terceirização de Serviços Contábeis de Belém do Pará, reconhecida por notória credibilidade e competência, como centro de referência por parte dos seus clientes, colaboradores, parceiros, sócios, concorrência, comunidade acadêmica, governo e a sociedade”. Os valores que a empresa conserva são: "Prezar pela ética, inovação, confiança, empreendedorismo, qualidade de vida, partilha, respeito aos clientes e colaboradores e, sobretudo, o amor ao próximo". A estratégia da VSM é se diferenciar nos serviços prestados.

A VSM Consultoria Empresarial desde 2005 está engajada no Projeto Economia de Comunhão e a partir de então se esforça em aplicar a Cultura da Partilha no âmbito empresarial e profissional, buscando motivar a participação de todos os envolvidos na empresa. Seu faturamento para este ano está estimado em R\$ 100.000,00.

### 3.2 LOCALIZAÇÃO

A empresa está localizada na Avenida Serzedelo Corrêa, nº 293, no bairro de Batista Campos em Belém – Pará.

### 3.3 SERVIÇOS OFERECIDOS

A VSM oferece a seus clientes os seguintes serviços:

- Abertura de empresas
- Consultoria empresarial
- Condomínios
- Contabilidade
- Fiscal
- Planejamento tributário
- Recursos humanos

### 3.4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

A VSM Consultoria Empresarial escritura seus livros contábeis conforme os Regimes descritos a seguir:

- As Receitas e Despesas são contabilizadas pelo Regime de Caixa;
- Contas a Pagar e a Receber pelo Regime de Competência;
- Aplicações Financeiras são registradas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do Balanço;
- O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear à taxa que leva em conta a vida útil dos bens;
- Os demais passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos, ou calculáveis, acrescidos, nos casos aplicáveis, de variação monetária e juros;
- O Imposto de Renda é calculado pelo Lucro Real.

## **CAPÍTULO IV**

### **4. A PARTILHA DO LUCRO NA EMPRESA VSM CONSULTORIA EMPRESARIAL**

Neste capítulo estudar-se-á a prática da cultura da partilha e seus resultados na empresa, levando em consideração os dados colhidos a partir do Fluxo de Caixa, dos questionários e a percepção dos colaboradores, a partir dos princípios sugeridos pelo Projeto Economia de Comunhão. A empresa considera que a concretização da proposta da EdC se encontra em estágio inicial de desenvolvimento, no entanto, prevê o aprofundamento das diretrizes do Projeto no decorrer dos anos.

#### **4.1. MÉTODO DA PARTILHA DO LUCRO E DIRECIONAMENTO DOS RECURSOS**

Nos moldes do Projeto Economia de Comunhão, não existe uma normatização ou literatura para a partilha do lucro nas empresas. Tal atitude é feita na liberdade e cada empresário, consciente da realidade de sua empresa, estabelece o melhor método para partilhar os lucros.

No caso da empresa pesquisada, é realizada uma provisão da partilha do lucro de acordo com o fluxo de caixa mensal. Assim, a partir do resultado líquido apurado no final do mês, é efetuado um cálculo extra-contábil, já considerando o valor outrora levantado para a Partilha, que será acumulado no decorrer do Exercício. Porém, como a Legislação Tributária não prevê a distribuição (partilha) do lucro nos moldes do Projeto Economia de Comunhão, o valor provisionado e acumulado no ano é repassado na forma de dividendos ao proprietário da empresa, para que ele envie os recursos para as finalidades propostas no Projeto.

Por não existir uma regra, a forma de partilhar o lucro pode variar de empresa para empresa, visto que a necessidade de cada uma delas varia em função de diversos fatores (expansão, desenvolvimento tecnológico, contratação, etc.).

## 4.2. A PRÁTICA DA PARTILHA: OS RESULTADOS

No que se refere aos resultados apontados pela pesquisa, pode-se notar que eles são percebidos em três esferas do ambiente empresarial: interna (na empresa, nos proprietários e nos funcionários), externa (sociedade, sindicato, governo, concorrentes, fornecedores, etc.) e espiritual (nos proprietários e nas pessoas formadas com essa nova visão de economia e sociedade).

Esta pesquisa destacou, no entanto, os resultados alcançados na esfera interna, objeto deste estudo. Quanto às demais, cabe um estudo mais amplo para definí-las no futuro.

### 4.2.1. Para a Empresa

Desde que aderiu ao Projeto Economia de Comunhão, a empresa observou um crescimento financeiro de aproximadamente 60%, em relação aos anos anteriores. No entanto, não se tem como comprovar este número, porquanto a empresa não era constituída e todos os direitos e obrigações eram organizadas e gerenciadas pela atual proprietária, que não os possui.

De acordo com os dados colhidos na entrevista, antes que o crescimento anteriormente citado viesse se tornar realidade, e a empresa pudesse colocar em prática a Cultura da Partilha, os proprietários precisariam rever seus conceitos, atitudes e comportamentos diante de situações algumas vezes inusitadas, impostas por alguns clientes. “Criou-se um estigma histórico de que o profissional da contabilidade foi formado para encontrar o método mais fácil para resolver suas questões tributárias, utilizando-se, inclusive, de atitudes antiéticas”. Como um dos princípios norteadores da Economia de Comunhão é a ética, a empresa precisou se sacrificar para que o Projeto pudesse ser implantado, como por exemplo, abrir mão de clientes que quisessem criar uma alternativa ilegal para acertar suas contas. Agindo dessa forma, segundo se observou, a empresa, além de garantir o número de clientes anteriores à adesão ao Projeto Economia de Comunhão, ampliou sua carteira, pois eles passaram a acreditar cada vez mais em sua idoneidade.

Devido o curto período em que a empresa aderiu ao Projeto, “os clientes ainda não puderam entender o que está por trás do bom atendimento, da ética, do retorno rápido e de outras características diferenciais que a empresa apresenta”.

Em relação aos colaboradores, na visão da empresa, eles se surpreendem com a prática que a empresa possui. Eles observam que “quanto mais a empresa partilha seu lucro, mais a empresa tem retorno”.

No que se refere à participação dos funcionários no Planejamento Estratégico no ano de 2006, a pesquisa identificou que o mesmo foi realizado pela proprietária e depois apresentado aos colaboradores, sendo que estes não tiveram nenhum envolvimento no Planejamento da empresa. O Plano de 2007 que foi disponibilizado, já contou com a participação dos funcionários em sua elaboração.

Os resultados financeiros colhidos do Fluxo de Caixa expressam que a empresa, mesmo partilhando parte de sua sobra de Caixa (que para o Projeto Economia de Comunhão é uma forma de lucro), obtém certa estabilidade dessa sobra em relação ao período inicial, janeiro de 2007. Vale ressaltar, que a empresa não obtém um crescimento financeiro mais considerável, devido à reserva de recursos para a compra de sede própria e para sua modernização, objetivo indispensável para o desenvolvimento e valorização atual do negócio, segundo as diretrizes do Plano de Gestão e em pleno acordo com os princípios sugeridos pelo Projeto EdC.

Analisando o Fluxo de Caixa, observou-se que a provisão calculada para o investimento no Projeto Economia de Comunhão e para o investimento na empresa, se mantém constante no período de janeiro a março e, de abril a agosto, recebe um reforço. A partir de setembro, é disponibilizado mais um aumento para o Projeto sem que as sobras de Caixa tivessem prejuízo financeiro.

Quando questionada que os valores provisionados para o Projeto Economia de Comunhão, mantêm certa estabilidade em relação às sobras mensais de Caixa, a pesquisa apontou que, no momento, para a empresa a necessidade é captar mais recursos ao seu reinvestimento, a fim de que ela se torne mais moderna e eficiente e possa contribuir ainda mais com o Projeto.

Os valores colhidos na pesquisa eram referem-se ao período de janeiro a outubro de 2007. No entanto, tornou-se importante fazer a análise da situação da empresa no final do referido ano. Para tanto, conservou-se os valores de receitas,

despesas, custos e provisões realizadas no mês anterior. A partir dos valores levantados, chegou-se à Demonstração do Resultado do Exercício de 2007, expressa a seguir:

<b><u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</u></b>	<b><u>2007</u></b>
<b>RECEITAS BRUTAS</b>	<b>395.709,08</b>
(-) DEDUÇÕES	(58.585,21)
ISS / PIS / COFINS	(58.585,21)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>337.123,87</b>
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS	(21.449,54)
Energia Elétrica	(5.968,01)
Telefone	(6.014,53)
Material de Expediente	(4.067,00)
Manutenção do Software	(5.400,00)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>315.674,33</b>
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(260.619,64)
Salários e Encargos	(254.425,32)
Aluguel	(9.600,00)
Material de Uso / Consumo	(1.184,32)
Serviços de Limpeza	(2.400,00)
Internet	(1.080,00)
Outros	(2.400,00)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	10.470,00
<b>RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	<b>55.054,69</b>
(-) Provisão para CSLL	(4.954,92)
(-) Provisão para IRPJ	(8.258,20)
<b>LUCRO / PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>41.841,57</b>
<b><u>RESERVAS</u></b>	<b><u>2007</u></b>
Reserva de Lucro	3.722,24
Reserva para Expansão	20.400,00
<b>LUCRO / PREJUÍZO ACUMULADO</b>	<b>17.719,33</b>
<b>Provisão EdC</b>	<b>3.950,00</b>
* Depreciação não considerada devido a não disponibilização dos valores dos Ativos Imobilizados	

Para a análise da situação da empresa nos próximos cinco anos, aplicou-se, hipoteticamente, a partir da citada Demonstração, o percentual de crescimento de 15% ao ano para as receitas, 10% para as despesas e provisão de investimento na empresa e no Projeto EdC. Os resultados encontrados foram expressos a seguir:

<b><u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</u></b>	<b><u>2007</u></b>	<b><u>2008</u></b>	<b><u>2009</u></b>	<b><u>2010</u></b>	<b><u>2011</u></b>
<b>RECEITAS BRUTAS</b>	<b>395.709,08</b>	<b>455.065,44</b>	<b>514.421,80</b>	<b>573.778,17</b>	<b>633.134,53</b>
(-) DEDUÇÕES	(58.585,21)	(67.372,99)	(76.160,77)	(84.948,55)	(93.736,34)
ISS / PIS / COFINS	(58.585,21)	(67.372,99)	(76.160,77)	(84.948,55)	(93.736,34)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>337.123,87</b>	<b>387.692,45</b>	<b>438.261,03</b>	<b>488.829,61</b>	<b>539.398,19</b>
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS	(21.449,54)	(23.594,49)	(25.739,45)	(27.884,40)	(30.029,36)
Energia Elétrica	(5.968,01)	(6.564,81)	(7.161,61)	(7.758,41)	(8.355,21)
Telefone	(6.014,53)	(6.615,98)	(7.217,44)	(7.818,89)	(8.420,34)
Material de Expediente	(4.067,00)	(4.473,70)	(4.880,40)	(5.287,10)	(5.693,80)
Manutenção do Software	(5.400,00)	(5.940,00)	(6.480,00)	(7.020,00)	(7.560,00)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>315.674,33</b>	<b>364.097,96</b>	<b>412.521,58</b>	<b>460.945,21</b>	<b>509.368,84</b>
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(260.619,64)	(286.681,60)	(312.743,57)	(338.805,53)	(364.867,50)
Salários e Encargos	(254.425,32)	(279.867,85)	(305.310,38)	(330.752,92)	(356.195,45)
Aluguel	(9.600,00)	(10.560,00)	(11.520,00)	(12.480,00)	(13.440,00)
Material de Uso / Consumo	(1.184,32)	(1.302,75)	(1.421,18)	(1.539,62)	(1.658,05)
Serviços de Limpeza	(2.400,00)	(2.640,00)	(2.880,00)	(3.120,00)	(3.360,00)
Internet	(1.080,00)	(1.188,00)	(1.296,00)	(1.404,00)	(1.512,00)
Outros	(2.400,00)	(2.640,00)	(2.880,00)	(3.120,00)	(3.360,00)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	10.470,00	11.517,00	12.564,00	13.611,00	14.658,00
<b>RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	<b>55.054,69</b>	<b>77.416,35</b>	<b>99.778,02</b>	<b>122.139,68</b>	<b>144.501,34</b>
(-) Provisão para CSLL	(4.954,92)	(5.450,41)	(5.945,90)	(6.441,40)	(6.936,89)
(-) Provisão para IRPJ	(8.258,20)	(9.084,02)	(9.909,84)	(10.735,66)	(11.561,48)
<b>LUCRO / PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>41.841,57</b>	<b>62.881,92</b>	<b>83.922,27</b>	<b>104.962,62</b>	<b>126.002,97</b>
<b><u>RESERVAS</u></b>	<b><u>2007</u></b>	<b><u>2008</u></b>	<b><u>2009</u></b>	<b><u>2010</u></b>	<b><u>2011</u></b>
Reserva de Lucro	3.722,24	4.094,46	4.466,69	4.838,91	5.211,14
Reserva para Expansão	20.400,00	22.440,00	24.480,00	26.520,00	28.560,00
<b>LUCRO / PREJUÍZO ACUMULADO</b>	<b>17.719,33</b>	<b>36.347,46</b>	<b>54.975,58</b>	<b>73.603,71</b>	<b>92.231,84</b>
<b>Provisão EdC</b>	<b>3.950,00</b>	<b>4.345,00</b>	<b>4.740,00</b>	<b>5.135,00</b>	<b>5.530,00</b>

\* Depreciação não considerada devido a não disponibilização dos valores dos Ativos Imobilizados

Os valores ora apresentados permitem auferir que a empresa não sofrerá nenhum prejuízo financeiro ou patrimonial na comunhão dos lucros para o Projeto Economia de Comunhão no decorrer dos anos, e atenderá plenamente ao Princípio contábil da Continuidade. Depreende-se também, que a empresa poderá ainda ampliar seu nível de partilha do Lucro em pelo menos 10%, mantendo o investimento necessário à expansão e modernização do empreendimento, sem, no entanto, comprometer sua lucratividade nos exercícios posteriores.

Para que esta etapa da pesquisa se tornasse mais enriquecida com outras ferramentas de análise financeira, seria interessante a observação do Balanço Patrimonial, entretanto este relatório não pôde ser disponibilizado pela empresa.

#### 4.2.2. Para os Colaboradores

A partir do que propõe o Projeto Economia de Comunhão para a adoção da Cultura da Partilha em uma empresa, as pessoas que melhor poderão avaliar a aplicação de tais princípios no ambiente interno são os funcionários.

De acordo com os dados colhidos nos questionários, analisou-se o resultado da adesão da VSM Consultoria Empresarial à Economia de Comunhão. Contudo, levou-se em consideração os seguintes pontos: a empresa tem apenas um ano de constituição na forma de Pessoa Jurídica; aderiu há dois anos ao Projeto; se considera em estágio inicial de implantação da Cultura da Partilha; e, como regra geral, os empresários não anunciam abertamente aos colaboradores, clientes e fornecedores que aderiram à Economia de Comunhão, eles preferem deixar que percebam os resultados.

Os dados levantados pela aplicação dos questionários foram os seguintes:

Perguntou-se aos funcionários se empresa oferece boas condições de trabalho na área profissional, financeira, segurança, entre outras. A média de concordância total nesse ponto obteve um percentual de 75%, enquanto que 25% dos funcionários concordaram parcialmente que a empresa oferece boas condições de trabalho. Em relação à valorização profissional do funcionário, 75% deles concordaram totalmente que são valorizados e 25% concordaram parcialmente.

Quando questionados se sentem participantes do processo de decisão da empresa, 37,5% concordaram totalmente, 50% concordaram parcialmente e 12,5% declararam-se indiferentes à sua participação no processo decisório. Na questão da valorização das idéias, projetos e opiniões, metade dos respondentes concordou totalmente que a empresa valoriza suas idéias, e a outra metade concordou parcialmente.

No que tange ao investimento no funcionário na capacitação profissional, 75% concordaram totalmente, enquanto que 12,5% concordaram parcialmente e os outros 12,5% discordaram totalmente que recebem investimento dessa natureza.

Na questão da geração de empregos, metade dos funcionários concordou totalmente que a empresa pesquisada procura abrir portas de trabalho, enquanto

que os que concordaram parcialmente e se declararam indiferentes, obtiveram 12,5% para os dois resultados, respectivamente.

88% dos funcionários concordaram totalmente que a empresa ajuda os funcionários quando eles se encontram em dificuldades (financeiras, saúde, pessoal, etc.) e 12% destes colaboradores concordam parcialmente que a empresa pesquisada adota esta medida.

Ao serem perguntados se sentem mais valorizados que os ganhos financeiros que a empresa obtém no final do mês, 25% dos funcionários concordaram totalmente que se consideram mais importantes que os ganhos. Os outros 75% ficaram divididos igualmente entre os que concordam parcialmente e que se consideram indiferentes a esse questionamento.

Sobre a prioridade na relação interpessoal, 62,5% responderam que concordam totalmente que a empresa prioriza as relações interpessoais. Os que concordam e discordam parcialmente e os que se consideram indiferentes, com esse ponto receberam percentuais iguais de 12,5% cada.

Quando perguntados se eles percebem que a empresa busca manter um diálogo aberto com todos os envolvidos no processo produtivo da empresa, todos unanimemente concordaram totalmente sobre a adoção desse procedimento no local de trabalho.

No que se refere ao relacionamento com os clientes, 87,5% dos respondentes concordam totalmente que a empresa mantém uma boa relação com eles. 12,5% dos funcionários concordaram parcialmente com esse ponto. A relação com os fornecedores, recebeu percentual de 50% para as respostas de “concordo totalmente” e “indiferente” cada. Com os órgãos governamentais, 62,5% dos respondentes concordam totalmente que há uma boa relação com eles, enquanto que 37,5% concordaram parcialmente.

#### **4.2.3. Para os Beneficiários dos Recursos**

Até o ano passado, nenhuma empresa adepta da Economia de Comunhão, necessariamente tinha contato direto com as pessoas beneficiárias dos recursos. Esses recursos eram remetidos diretamente para o escritório central do Movimento dos Focolares, que era incumbido de repassar aos dependentes os valores arrecadados.

A proposta do Projeto é que a partir de 2008 o acompanhamento dos dependentes seja feito de forma mais efetiva e por região, para se ter uma visão mais nítida de como esses recursos estão auxiliando na qualidade de vida das pessoas.

Alguns depoimentos destacados abaixo, expressam os benefícios que os recursos da Partilha do lucro alcançaram para as pessoas que foram atendidas pelo Projeto.

A experiência de receber a ajuda durante esses anos me ensinou a administrar esta dádiva como um dom de Deus. Agora, após ter passado um período de provação, consegui um emprego e, portanto, não preciso mais deste dinheiro. Fico feliz por saber que outra pessoa em dificuldade poderá recebê-lo e, talvez, realizar algum sonho.

Quero partilhar com todos a alegria de ter descoberto o quanto é importante a quantia que recebo regularmente: que não só me ajuda a cobrir as despesas com luz, água e remédios, mas é um dom de valor infinito, porque é fruto da comunhão de bens e de necessidades.

A ajuda chegou em um momento muito duro, e pude comprar um par de sapatos para minha mãe, que estava usando chinelos rasgados, uma malha de lã e saldar as dívidas com a mercearia. Antes achava que para partilhar fosse necessário ter dinheiro para dar; agora aprendi que posso partilhar minha pobreza e estou feliz, porque sinto que não recebi uma ajuda econômica, mas também alegria extra, uma nova paz e tranqüilidade. (ECONOMIA DE COMUNHÃO. São Paulo. Jan. 2005: 2. Sup.).

#### **4.2.4. Relação Entre os Dados Colhidos e os Princípios da EdC**

De posse dos resultados obtidos nos questionários, relacionou-se os princípios propostos pelo projeto para uma empresa que aderiu à Cultura da Partilha:

a) Relação entre empresários, trabalhadores e empresas:

Este princípio orienta a empresa a formular estratégias de gestão que valorize a pessoa do funcionário enquanto participante do processo produtivo da empresa e responsável pela geração dos resultados obtidos por ela. As perguntas enfatizaram essa questão. E pelas respostas dos funcionários percebeu-se que a empresa busca valorizar cada um deles enquanto profissional e pessoa. No que diz respeito ao cerne da Economia de Comunhão: dar mais valor à pessoa do que aos ganhos ou os bens, o resultado da pesquisa apontou para uma pequena percepção dos funcionários, quanto a esse cuidado. O que pode nos levar a crer

que a empresa precisa adotar medidas que façam com que seus colaboradores percebam que eles realmente são mais importantes que o capital.

b) Relacionamento com Clientes, Fornecedores, Sociedade Civil e Terceiros:

Este princípio não foi contemplado na execução deste trabalho.

c) Ética:

Este princípio leva em consideração a observação do cuidado constante no cumprimento das leis e no comportamento ético perante as autoridades. A maioria dos funcionários considera que a empresa pesquisada mantém uma atitude ética em todos os níveis da gestão.

d) Qualidade de Vida e Produção:

Saúde e bem-estar no ambiente de trabalho, prioridade nos relacionamentos interpessoais e qualidade de vida de seus colaboradores são a base do Projeto Economia de Comunhão. De acordo com grande parte dos funcionários da empresa pesquisada, a mesma busca criar um ambiente agradável para se trabalhar e para receber seus clientes e fornecedores.

e) Harmonia no Local de Trabalho

Este ponto está intimamente ligado ao resultado encontrado na adoção do princípio citado acima.

f) Formação e Instrução

Este ponto leva em consideração o favorecimento, por parte da empresa, de uma atmosfera de ajuda mútua, no qual os talentos e as idéias dos funcionários são levados em consideração. O resultado da pesquisa revelou que quase a totalidade dos colaboradores sente-se contemplados com a importância que a empresa dá à valorização do crescimento profissional no investimento de cursos e treinamentos.

g) Comunicação:

Este princípio observa a adoção de formas de comunicação aberta e sincera entre os envolvidos no processo produtivo da empresa. O resultado deste ponto da pesquisa mostrou unanimidade nas respostas dos funcionários de que a comunicação entre todos os níveis de gestão da empresa realmente acontece.

## CONCLUSÃO

Falar em Lucro, geralmente é associar esta palavra ao rumo que a empresa está tomando no curso de suas atividades operacionais. Se ela está bem financeiramente, se pode ter continuidade, se é rentável, se traz retorno para seus investidores, dentre outros, são questionamentos constantes de quem estuda e acompanha o cotidiano do universo empresarial.

A empresa precisa cumprir com seus objetivos sociais e econômicos para obter respeito e confiança, ao mesmo tempo em que se mantém competitiva e moderna, no ambiente externo ao qual está inserida. O Lucro, nesse sentido, passa a ser então um componente eficaz na mensuração do cumprimento desses objetivos.

No decorrer do desenvolvimento deste Trabalho, pôde-se perceber que a partilha do lucro, não é, obrigatoriamente, o principal fator para a minimização da pobreza. Na verdade, o lucro passa a ser mais um componente necessário e estratégico, como a ponta de um iceberg, para o financiamento deste sonho. A maneira de gerir a empresa, a relação com seus colaboradores, a forma de enxergar o pobre e, principalmente, a mudança de comportamento diante da riqueza e dos bens materiais são, em conjunto com a comunhão do lucro, os pontos vitais para a concretização da Cultura da Partilha, proposta no Projeto de Economia de Comunhão.

A empresa objeto de estudo deste Trabalho, consegue manter-se financeiramente saudável, partilhando seu lucro, valorizando da melhor forma possível os seus colaboradores e pensando ainda em expandir seu empreendimento. No futuro, de acordo com as projeções lançadas, ela continuará tendo condições de partilhar seu lucro, podendo inclusive ampliá-la, sem precisar abrir mão do desenvolvimento e modernização de suas operações.

Os colaboradores, como instrumentos de percepção da aplicação da Cultura da Partilha no cotidiano da empresa, no geral, demonstram perceber essa nova forma de gestão proposta pelo Projeto EdC, mesmo que concretamente não tenham conhecimento profundo de que se trata da aplicação de seus princípios. São eles também que percebem a boa relação da empresa com os agentes externos (governo, sindicato, fornecedores, clientes, etc.), principalmente no que diz respeito à ética.

A sociedade necessita de alternativas viáveis para a diminuição das dificuldades financeiras que a camada mais pobre da população enfrenta. Nesse sentido, o Projeto Economia de Comunhão possui propostas viáveis para a consecução desse objetivo, inserindo as empresas nesse processo. Por isso, é importante que toda a sociedade civil tome conhecimento e outras organizações também se engajem no Projeto, visto que sua proposta não é religiosa ou política, é de transformação social.

Os profissionais da contabilidade têm por desafio a compreensão dos fenômenos que giram em torno da metodologia do Projeto, já que é na empresa, um dos objetos de estudo da Contabilidade, que se dá o seu desenvolvimento. A melhor forma de partilhar o lucro, a maneira ideal de gestão para a promoção dos trabalhadores, as saídas legais para a distribuição deste recurso, são somente alguns desses desafios. Precisamos também orientar como o empresário adepto do Projeto pode gerenciar sua empresa com eficácia, compreendendo os reflexos econômicos e tributários da decisão de sua adesão.

A comunidade acadêmica, voltada ao estudo das organizações, tem por responsabilidade analisar os fenômenos contemporâneos que visem à promoção do homem e da sociedade, trazendo respostas às dúvidas e questionamentos que se levantam no dia-a-dia da atividade empresarial. Enfim, não podemos desconsiderar o crescimento do engajamento de diversas empresas ao Projeto e seus desafios que precisam ser compreendidos e superados.

Este Trabalho considerou ser apenas uma breve introdução de um assunto novo que, espera-se, possa inspirar muitas outras monografias e teses relacionadas a essa temática, pois várias questões ainda precisam ser elucidadas.

Portanto, o desafio da consolidação dos ideais do Projeto Economia de Comunhão, desenvolve-se paralelamente ao de se estudar as bases empíricas para futuros trabalhos que contribuirão para a concretização do novo agir econômico idealizado pela Cultura da Partilha.

## REFERÊNCIAS

BRUNI, Luigino [tradução: José Eustáquio Rosa]. Comunhão e as novas palavras em economia. São Paulo: Cidade Nova, 2005.

CORRÊA, Waldir Evangelista. Participação nos lucros ou resultados: uma metodologia inteligente aplicável a todas as empresas, de todos os tamanhos. São Paulo: Atlas, 1999.

CATELLI, Armando. Controladoria. São Paulo: Atlas, 2001.

CARVALHO, Maria Luísa de. ECONOMIA DE COMUNHÃO: uma análise a partir da Psicologia Social Crítica. Tese de Doutorado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006. Apresentação extraída em: <<http://www.ecosol.org.br/arq/edc.ppt#256,1>>, acessado em 21/11/2007.

ECONOMIA DE COMUNHÃO. Disponível em: <[http://www.edc-online.org/br/\\_idea.htm](http://www.edc-online.org/br/_idea.htm)>, acessado em 19/08/2007.

ECONOMIA DE COMUNHÃO. Uma nova cultura. São Paulo, Ano VI, Nº 1, jul. 2000. 30 p. Suplemento.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Ano IX, Nº 2, mai. 2006. 30 p. Suplemento.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Ano X, Nº 1, fev. 2004. 30 p. Suplemento.

\_\_\_\_\_. Uma nova cultura. São Paulo, Ano X, Nº 2, jun. 2004. 30 p. Suplemento.

\_\_\_\_\_. Uma nova cultura. São Paulo, Ano XI, Nº 1, jan. 2005. 30 p. Suplemento.

\_\_\_\_\_. Uma nova cultura. São Paulo, Ano XI, Nº 2, jul. 2005. 30 p. Suplemento.

\_\_\_\_\_. Uma nova cultura. São Paulo, Ano XII, Nº 1, mar. 2006. 30 p. Suplemento.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Ano XII, Nº 1, mar. 2006. 30 p. Suplemento.

ESPRI S/A. Disponível em: < <http://www.espri.com.br/>>, acessado em 05/12/2007.

FERNADES, José Luiz Nunes. Custos para gestão. Belém: 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações – 6 Ed. Rev. e Atual. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMBERTOM, D. M. A teoria do lucro. Rio de Janeiro: Bloch, 1967.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica – 3 Ed. Ver. Ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LUBICH, Chiara [tradução: Irami B. Silva e Humberto L. S. Almeida]. Economia de comunhão: História e profecia. São Paulo: Cidade Nova, 2004.

MELO, Maria Gabriela C. S. de. Economia de Comunhão: um fenômeno social. In: *Cadernos Escola Social – Economia de Comunhão*. São Paulo: Cidade Nova, 1993, Vol. 3.

MIRANDA, José Luís Carneiro de; GUSMÃO, Heloísa Rios. Os caminhos do trabalho científico: Orientação para não perder o rumo. Brasília-DF: Briquet de Lemos/Livros, 2003.

MOVIMENTO DOS FOCOLARES. Disponível em <<http://www.focolares.org.br/>>, acessado em 28/10/2007.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva et al. Métodos e técnicas de pesquisas em contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2003.

PINTO, Mário Couto Soares; LEITÃO, Sérgio Proença. Economia de comunhão: Empresas para um capitalismo transformado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

QUARTANA, Pino et al [tradução José Maria de Almeida, João Batista Florentino]. Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 1992.

SILVA, Rejani do Socorro Moreira da. O significado do dinheiro para os empresários da Economia de Comunhão. Trabalho de conclusão de curso do curso de Psicologia. Universidade Federal do Pará, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

WIKIPEDIA. Lucro. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lucro>> acessado em 18/09/2007.

## ANEXO A – Questionário aplicado ao funcionário



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CENTRO SÓCIOECONÔMICO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

#### QUESTIONÁRIO PARA O FUNCIONÁRIO

Nome:

Idade:

Cargo que ocupa na empresa:

Tempo de admissão:

Responda aos questionamentos abaixo, marcando apenas uma opção, segundo os critérios de: discordo totalmente, discordo parcialmente, indiferente, concordo parcialmente e concordo totalmente.

1. Esta é uma empresa que oferece boas condições de trabalho (segurança, tranquilidade, finanças)?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

2. Você se sente valorizado profissionalmente nessa empresa?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

3. Você se sente participante do processo de decisão dos rumos da empresa?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

4. Esta empresa valoriza suas idéias, projetos e opiniões?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

5. Esta empresa investe nos seus colaboradores com cursos, seminários, palestras, etc.?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

6. Você considera esta, uma empresa que busca gerar empregos?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

7. Você percebe a ajuda da empresa quando algum funcionário está em dificuldades (financeira, saúde, pessoal, etc.)?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

8. Você se sente mais importante do que os “ganhos” que esta empresa têm no final de cada mês?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

9. Esta é uma empresa que prioriza as relações interpessoais?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

10. Esta empresa busca manter um diálogo aberto com todas as pessoas envolvidas (colaboradores, gerência, empresário)?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

11. A empresa tem uma boa relação com os clientes?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

12. A empresa tem uma boa relação com seus fornecedores?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

13. A empresa tem uma boa relação com os órgãos governamentais?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

14. Você considera esta, uma empresa ética em todos os níveis (governo, sindicato, cumprimento de leis, etc.)?

Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Indiferente ( ) Concordo parcialmente ( )  
Concordo totalmente ( )

## ANEXO B – Roteiro para a entrevista com o empresário



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CENTRO SÓCIOECONÔMICO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

#### ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM O EMPRESÁRIO

1. Há quanto tempo a empresa existe?
2. Há quanto tempo aderiu à proposta da EdC?
3. Qual o número de funcionários?
4. Quanto à concretização da proposta da EdC, como considera o estágio de sua empresa?
  - a) Em estágio inicial ( )
  - b) Em estágio intermediário ( )
  - c) Em estágio consolidado ( )
5. Como é feito o cálculo para a partilha do lucro?
6. Como tem se dado concretamente a partilha do lucro dentro das três esferas:
  - a) Formação de “Homens Novos”:
  - b) Investimento na empresa:
  - c) Doação para as pessoas em necessidade:
7. Qual a percepção dos funcionários em relação à prática da partilha?
8. Qual a percepção dos clientes quanto a adesão da empresa no projeto EdC?
9. A empresa tem contato com as pessoas que recebem a doação?

Por gentileza, anexe ao questionário o Balanço Patrimonial dos quatro anos anteriores e posteriores à adesão da empresa ao projeto EdC.